



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 65/XI (2.ª SL)

Aos oito dias do mês de Fevereiro de 2011, reuniu, pelas quinze horas e vinte minutos, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 64.
2. Distribuição de iniciativas legislativas.
3. Apreciação da Resposta ao questionário enviado à Comissão CRIS do Parlamento Europeu – Deputada relatora: Maria José Gamboa (PS).
4. Discussão e votação, na especialidade, das duas propostas de alteração apresentadas ao Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro, que Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2011, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 77/XI (2.ª) (PCP) e 79/XI (2.ª) (BE).
5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 36/XI (1.ª), da iniciativa de Sara de Lurdes Silva Ponte, sobre a Revisão da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações – Deputada Relatora: Luísa Salgueiro (PS).
6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 52/XI (1.ª), da iniciativa de Lígia Lurdes Miranda Noronha Rodrigues, que Solicita a alteração da alínea b) do número 1 do artigo 37.º-A do Estatuto de Aposentação – Deputada Relatora: Custódia Fernandes (PS).
7. Definição da metodologia a adoptar pelos Grupos de Trabalho criados para apreciação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:
 - **Projecto de Lei n.º 328/XI (1.ª) (BE)** - Estabelece as regalias educativas a atribuir aos nadadores salvadores;
 - **Projectos de Lei n.ºs 458/XI (2.ª) (PSD)** - Define o regime jurídico das condições de instalação, funcionamento e licenciamento dos estabelecimentos das instituições particulares de solidariedade social e de outras instituições sem fins lucrativos, **459/XI (2.ª) (PSD)** - Dispensa da prestação de caução pelas instituições particulares de solidariedade social no âmbito da prestação de cuidados de saúde ou de apoio social, **381/XI (1.ª) (CDS-PP)** – Alteração ao estatuto das IPSS permitindo a sua constituição por iniciativa de empresas e **469/XI (2.ª) (CDS-PP)** - Estabelece o regime jurídico das condições de instalação, funcionamento e licenciamento dos estabelecimentos das instituições particulares de solidariedade social e de outras instituições sem fins lucrativos;
 - **Projectos de Lei n.ºs 389/XI (1.ª) (BE)** – Utilização de formatos electrónicos livres na administração pública e **421/XI (2.ª) (PCP)** – Estabelece a adopção de



normas abertas nos Sistemas Informáticos do Estado (foi elaborado um mapa comparativo);

- **Projecto de Lei n.º 475/XI (2.ª) (PS)** - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, que cria a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, Associação de Direito Público, e Aprova o respectivo Estatuto.

8. Outros assuntos.

15H30 – Audiência com o Senhor Bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses, Prof. Dr. Telmo Baptista, para apresentação de proposta de alteração à Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, que cria a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Por impossibilidade do Senhor Presidente, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado Arménio Santos (PSD) que começou por pôr à apreciação a acta n.º 64, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No ponto seguinte, foi distribuída ao GP do PSD, que indicará posteriormente o respectivo Deputado autor do parecer, a Proposta de Lei n.º 49/XI (ALRAM) – Acréscimo do valor do subsídio de insularidade ao montante do complemento solidário para idosos.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou de forma sucinta a proposta de resposta à questão 4 do questionário enviado à Comissão CRIS do Parlamento Europeu, que mereceu diversos comentários.

Interveio em primeiro lugar o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) para agradecer a excelente resposta proposta, na qual são abordadas questões de primeira linha, sobretudo nos tempos de crise que se vivem. Lembrou que, na anterior Legislatura, o CDS-PP apresentou uma iniciativa legislativa de combate ao desemprego, que não implicaria custos, e que, infelizmente, foi chumbada, sem que tivessem sido sugeridas alternativas. Observou igualmente que o CDS-PP tinha apresentado um projecto de lei de majoração do subsídio de desemprego.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) disse que iria abster-se, não pelo que consta da resposta, mas pela ausência de referência ao combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social. Fez igualmente saber que não acompanha a resposta no que diz respeito à flexibilidade do horário de trabalho.



Também a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) cumprimentou a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) pelo poder de síntese e de esforço demonstrados. Disse que, no essencial, estava de acordo com a resposta, pelo que o voto do PSD será a favor, mas enfatizou a importância da referência ao envelhecimento activo, do combate à pobreza e à exclusão social.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que o texto proposto estava aberto ao contributo de todos os Grupos Parlamentares. Referiu ainda que as respostas dos parlamentos nacionais que foram dadas a conhecer são muito concentradas e sintéticas.

Submetida à votação a resposta à questão 4, foi a mesma aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e abstenções do BE e do PCP.

De seguida, teve lugar a audiência do Bastonário da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), Professor Dr. Telmo Baptista, que se fez acompanhar do Dr. Francisco Rodrigues, Director da OPP, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio e se encontra disponível para consulta na página internet da 11.ª Comissão.

O Bastonário da OPP começou por fazer entrega de documentação aos diversos Grupos Parlamentares, sintetizando as razões de ser da alteração proposta para o artigo 84.º da Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, esclarecendo que, com a aprovação dessa alteração, resolvia-se a situação de 800 psicólogos que podem provar o exercício profissional durante um período mínimo de 12 meses.

Fez igualmente um ponto da situação desde o passado dia 12 de Maio de 2010, data da última audiência com aquela comissão parlamentar, informando que, após a publicação do regulamento de estágios – foi dada a indicação de que estes devem ser pagos –, a Ordem deu início a um processo de reconhecimento de estágios e de experiências profissionais realizadas, no qual foram abrangidos cerca de 1200 pessoas. Disse que a Ordem deu igualmente início ao seu programa de estágios com um curso de 40 horas, com várias edições a decorrerem, destacando os três módulos fundamentais que o compõem, a saber: ética e deontologia, empreendedorismo e gestão de projectos no seio da organização. Concluiu dizendo que, da avaliação que tem sido feita da formação, os resultados salientam a sua importância e relevância.



Interveio de seguida o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) que começou por opinar que é inaceitável que a regulamentação de uma qualquer profissão tenha efeitos retroactivos. Daí que o PCP tenha apresentado uma proposta de alteração à Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, através do Projecto de Lei n.º 503/XI que resolve essa situação, tornando exigível que o estágio seja necessário apenas para quem acede de novo, ainda que lhe tenha sido transmitido que há várias acções judiciais interpostas contra a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) agradeceu os contributos da OPP e disse, que genericamente, o CDS-PP está de acordo com o que foi dito. Quis saber que prova, relativa ao exercício da profissão, é solicitada pela Ordem.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) cumprimentou o Bastonário da Ordem dos Psicólogos e reforçou o pedido de esclarecimento o Deputado que a antecedeu no sentido de saber que documentação é exigida pela OPP para comprovar o exercício da profissão durante um período mínimo de 12 meses.

Também a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PSD) cumprimentou os requerentes da audiência e quis ser esclarecida sobre se os 800 casos a que o Bastonário se referiu ficam absolutamente resolvidos com a proposta apresentada; se tiveram a possibilidade de difundir a proposta, porque dá a ideia de que o Movimento Continuo Psicólogo não está a par do seu conteúdo; de que forma é feita a renovação da cédula profissional noutros países da Europa. Disse igualmente que é muito difícil para a Assembleia da República definir o acto psicológico e que desconhece se haverá outra sede própria para esse efeito que não a OPP. A finalizar, fez saber que o PS está muito disponível para respeitar as preocupações da Ordem.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) questionou que profissionais foram avaliados pela comissão de avaliação de estágios, que reconheceu 1200 pessoas.

Na resposta aos pedidos de esclarecimentos, o Bastonário da Ordem dos Psicólogos disse que a Ordem não tem atitudes corporativas e que a transparência é total, tanto mais que todas as informações dadas estão disponíveis *on-line*.

Quanto à comprovação do exercício da profissão durante um período mínimo de 12 meses, foram utilizados os meios disponíveis como declarações, contratos, etc. No caso



dos profissionais liberais, foram aconselhados a não pedir os recibos verdes pela assessoria jurídica a que continuamente têm recorrido, embora não possam aceitar alguém que fez qualquer coisa durante certo tempo.

Disse desconhecer a interposição de acções judiciais em tribunal e que apenas tinha conhecimento de uma providência cautelar indeferida.

Quanto à cédula profissional, exemplificou que, em Itália, não há a exigência de renovação mas que sobre o Estado impende a obrigação de dar 50 horas de formação por ano.

O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos dados, deu por concluída a audiência e prosseguiu a reunião.

No quarto ponto da Ordem do Dia, atendendo ao facto de já terem sido sobejamente discutidas no Plenário, foram submetidas à votação as duas propostas de alteração apresentadas ao Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro, que Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2011, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 77/XI (2.ª) (PCP) e 79/XI (2.ª) (BE), que foram rejeitadas, com os votos contra do PS, os votos a favor do BE do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP.

Nos pontos cinco e seis da Ordem do Dia, foram aprovados por unanimidade os relatórios finais das Petições n.ºs 36/XI (1.ª) e 52/XI (1.ª).

No ponto seguinte, ficaram definitivamente constituídos os grupos de trabalho para apreciação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projecto de Lei n.º 328/XI (1.ª) (BE)** - Estabelece as regalias educativas a atribuir aos nadadores salvadores:
Deputados João Paulo Pedrosa (PS), que coordena, Arménio Santos (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Catarina Martins (BE) e Jorge Machado (PCP);
- **Projectos de Lei n.ºs 458/XI (2.ª) (PSD)** - Define o regime jurídico das condições de instalação, funcionamento e licenciamento dos estabelecimentos das instituições particulares de solidariedade social e de outras instituições sem fins lucrativos, **459/XI (2.ª) (PSD)** - Dispensa da prestação de caução pelas instituições particulares de solidariedade social no âmbito da prestação de cuidados de saúde ou de apoio social, **381/XI (1.ª) (CDS-PP)** - Alteração ao estatuto das IPSS permitindo a sua constituição por iniciativa de empresas e **469/XI (2.ª) (CDS-PP)** - Estabelece o regime jurídico das condições de instalação, funcionamento e licenciamento dos estabelecimentos das instituições particulares de solidariedade social e de outras instituições sem fins lucrativos:



Deputados Luísa Salgueiro (PS), que coordena, Maria José Nogueira Pinto (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP), Cecília Honório (BE) e Jorge Machado (PCP);

- **Projectos de Lei n.ºs 389/XI (1.ª) (BE)** – Utilização de formatos electrónicos livres na administração pública e **421/XI (2.ª) (PCP)** – Estabelece a adopção de normas abertas nos Sistemas Informáticos do Estado:

Deputados Miguel Laranjeiro (PS), que coordena, Teresa Santos (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Pedro Filipe Soares (BE) e Bruno Dias (PCP);

- **Projecto de Lei n.º 475/XI (2.ª) (PS)** - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, que cria a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, Associação de Direito Público, e Aprova o respectivo Estatuto:

Deputados Nuno Sá (PS), que coordena, Adriano Rafael Moreira (PSD), Raúl Almeida (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).

Foi igualmente criado um Grupo de Trabalho para apreciação dos Projectos de Lei n.ºs 402/XI (PSD), 279/XI (BE) e 446/XI (CDS-PP), sobre centros de emprego protegido, que baixaram em 4 de Fevereiro, sem votação, por 30 dias, integrado pelos Deputados Anabela Freitas (PS), que o coordena, Maria da Conceição Pereira (PSD), Raúl Almeida (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).

Houve consenso quanto à atribuição da função de dinamização de cada grupo de trabalho ao respectivo coordenador, que é o Deputado indicado pelo Grupo Parlamentar do PS, ao qual competirá designadamente a marcação das reuniões.

No último ponto da Ordem do Dia o Senhor Presidente prestou as seguintes informações:

- Solicitação de audiência pela Ordem dos Engenheiros, para abordar a transformação da ANET em Ordem dos Engenheiros Técnicos. A Comissão de Educação e Ciência recebe aquela entidade no dia 9 de Fevereiro, pelas 11 horas;
- Ofício da Comissão de Educação e Ciência propondo a criação de um grupo de trabalho constituído por Deputados das Comissões de Educação e Ciência, de Saúde, e de Trabalho, Administração Pública e Segurança Social para regulação da actividade dos optometristas. A este respeito, interveio o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para propor que fosse indicado um deputado por cada grupo parlamentar, o que foi aceite por consenso.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Palácio de São Bento, 23 de Fevereiro de 2011.

O VICE-PRESIDENTE,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Arménio Santos", is written over the printed name. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the beginning.

(Arménio Santos)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Inês de Medeiros
Jorge Machado
Jorge Strecht
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Rita Miguel
Teresa Santos
Carla Rodrigues
Isabel Coutinho
João Paulo Pedrosa
Luísa Salgueiro
Nuno Sá
Raúl de Almeida

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Anabela Freitas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Almeida
Maria José Nogueira Pinto

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Ramos Preto